Aviso**Contratos a termo certo — renovações**

Para os devidos efeitos se torna público que foi renovado, por mais um ano, o seguinte contrato a termo resolutivo certo:

Despacho de 19 de Junho de 2006 — com Maria Isabel Moreira da Rocha, a exercer funções de técnica superior de serviço social, a partir de 2 de Julho de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Julho de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *António Aurélio Vieira de Sousa*. 3000212217

Aviso**Contratos a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos se torna público que foram celebrados os seguintes contratos a termo resolutivo certo:

Despacho 16 de Junho de 2006 — por três meses, com António Augusto Rocha Duarte, Carlos Manuel Rocha Gomes, Luciana Cristina Rocha Alves, Miguel Gonçalves Crepo da Silva e Vasco Emanuel Cardoso Cruz, para exercerem as funções de nadador-salvador, a partir de 19 de Junho de 2006.

Despacho de 16 de Junho de 2006 — por três meses, com Cláudia Marisa Reis Pereira, Isabel Maria Moreira Fernandes, Manuela Alcina Pereira Ribeiro e Maria Teresa Oliveira Araújo e Silva, para exercerem as funções de auxiliar de serviços gerais, a partir de 22 de Junho de 2006; e

Despacho de 30 de Junho de 2006 — por sete meses, com Maria Alzira Ramos Rocha, para exercer as funções de vigilante de jardins e parques infantis, a partir de 3 de Julho de 2006. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *António Aurélio Vieira de Sousa*. 3000212215

Aviso**Requisição**

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi autorizada a colocação nesta Câmara Municipal, em regime de requisição, da técnica superior de 2.ª classe — arquitecta, Magda Rúbia Viegas Cardoso, pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal da Azambuja.

A presente requisição produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2006, pelo período de um ano.

11 de Julho de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *António Aurélio Vieira de Sousa*. 3000212227

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA**Aviso**

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 28 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para admissão de um lugar de técnico superior principal — área de gestão, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para a presente vaga, caducando com o seu preenchimento.

3 — O vencimento respeitante à categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — Ao concurso poderão concorrer os indivíduos que reúnam os requisitos constantes na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — O método de selecção será constituído por avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando as habilitações académicas de base, formação profissional complementar e a experiência profissional.

6 — Os conteúdos funcionais do cargo a prover são os inerentes à respectiva categoria.

7 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, entregue pessoalmente na Secção dos Recursos Humanos ou remetido pelo correio, mediante carta registada e com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo afixado, na Rua de Santa Luzia, 18, Matriz, 9500-114 Ponta Delgada.

8 — No requerimento devem constar os elementos de identificação do candidato, nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte, residência e código postal e, ainda, que reúnem os demais requisitos gerais e especiais exigidos, conforme requerimento de modelo-tipo a fornecer por esta Câmara Municipal.

É dispensada a apresentação dos restantes elementos comprovativos dos dados referidos no requerimento, desde que os candidatos reúnam, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação em que se encontram, relativamente a cada uma das alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 207/98, de 11 de Julho.

9 — Os requerimentos devem ser instruídos, sob pena de exclusão, com a junção de certificado de habilitações literárias ou fotocópia, devidamente autenticada e, ainda, *curriculum vitae*, assinado e datado.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — A lista de candidatos admitidos ao concurso é feita de acordo com o n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Os candidatos excluídos serão notificados, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — A publicação da lista de classificação final é feita nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada.

15 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa, chefe de Divisão Administrativa.

Vogais efectivos:

Arquitecta Clara Neto Velho Cabral Medeiros Santos e Sousa, chefe de Divisão de Equipamentos Urbanos, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheira Isabel Maria Rabiais Juromito Silva, chefe de Divisão de Infra-Estruturas Viárias e Urbanas.

Vogais suplentes:

Engenheira Maria Margarida Ferreira Santa Clara de Brito, directora do Departamento de Obras e Apoio Técnico.

Arquitecta Maria da Graça Estrela Roque Costa Matos, directora de Departamento de Urbanismo e Ambiente.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa*. 1000303916

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA**Aviso****Pedido de alteração ao alvará de loteamento 2/01****Discussão pública**

Engenheiro Victor Manuel Alves Mendes, vice-presidente da Câmara Municipal do concelho de Ponte de Lima, torna público, para efeitos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e nos termos do disposto no artigo 22.º do referido decreto-lei, e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 20 de Setembro, que, após um período de oito dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 3.ª série, é aberto um período de discussão pública durante 15 dias úteis, que objectiva o pedido de alteração dos lotes n.ºs 24, 25 e 26, titulado pelo alvará de loteamento n.º 2/2001, concedido a Costa Silva e Rebelo — Móveis do Lima, L.ª, e formulado por SOPIMENTA — Sociedade Imobiliária e Consulta-

doria, S. A., proprietário dos referidos lotes.

Finalidade do pedido:

Fazer constar que, para o lote n.º 24, é alterada a área de construção de 2590 m² para 2640 m² e a área de implantação é de 470 m². A cave passa a ter 470 m² e a habitação 1418 m², a área destinada a comércio passa de 338 m² para 470 m² e o número de fracções aumenta de 12 para 15.

O lote n.º 25 altera o número de fracções para habitação de 8 para 10.

Para lote n.º 26 é alterada a área de construção de 1843 m² para 1903 m², a área de implantação é de 340 m². É alterada a área de construção da cave, passando de 320 m² para 380 m², a área da habitação de 1129 m² para 979 m². A área de comércio passa de 190 m² para 340 m². O número de fracções destinadas à habitação passa de 8 para 11.

Durante o período de discussão pública acima fixado, podem os interessados consultar o respectivo processo administrativo (25/92), junto dos Serviços Administrativos da Divisão de Obras e Urbanismo.

As sugestões, reclamações ou observações, que, eventualmente, venham a ser apresentadas, devem ser formuladas através de requerimento escrito, dirigido ao presidente da Câmara Municipal, devendo neste constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que as apresentam.

14 de Junho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Victor Manuel Alves Mendes*. 3000212285

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos datados de 10 de Julho de 2006, foi prorrogado, pelo período de 12 meses, o prazo dos contratos a termo resolutivo certo, celebrados com Vitória Nunes Jorge, cantoneira de limpeza, e Alexandre Monteiro Filipe Abade, carpinteiro de limpos.

10 de Julho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro*. 1000304043

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de hoje, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeei, na sequência do concurso, técnico profissional principal — desenhador, escalão 1, índice 238, o candidato Manuel José da Silva Ramos.

O candidato deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

11 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ramos de Aguiar*. 1000304026

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 11 553/2006/INT

Alteração de loteamento com alvará n.º 3/94

Alfredo de Oliveira Henriques, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai proceder à abertura do período de discussão pública do pedido de licenciamento de alteração ao lote n.º 39 do alvará de loteamento n.º 3/94, emitido em 16 de Fevereiro de 1994, que consiste em construir anexo com a área de 76 m², destinado a arrumos e estacionamento, que corre os seus termos sob o processo especificado em epígrafe.

O lote a alterar está descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob o n.º 00172/230294 e inscrito na matriz

urbana sob o artigo 913, da freguesia de Gião, deste concelho.

A discussão pública decorrerá pelo período de 15 dias úteis e iniciar-se-á 8 dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo os interessados consultar o processo de licenciamento e respectivos pareceres e informações técnicas no Departamento Jurídico e Administrativo da Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos).

No caso de oposição, os interessados podem apresentar, por escrito, a sua exposição, devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara.

5 de Julho de 2006. — Pelo Vereador do Pelouro de Planeamento e Urbanismo, José Manuel Oliveira, a Directora de Departamento (com delegação de assinatura), *Justina Sousa*. 3000212228

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 53/2006

Concurso externo de ingresso para provimento de quatro lugares de auxiliar de serviços gerais

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador de Recursos Humanos datado de 18 de Julho de 2006, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de quatro lugares de auxiliar de serviços gerais.

2 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

3 — Requisitos gerais de admissão — são os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Remuneração e condições de trabalho — o cargo será remunerado pelo escalão 1, índice 128, a que corresponde o vencimento mensal de 412,06 euros, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as vigentes para a administração local.

5 — Conteúdo funcional do lugar a prover — Despacho n.º 4/88, *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de Abril de 1989.

6 — Local de trabalho — toda a área do concelho de Sines.

7 — O concurso é válido para as vagas postas a concurso e as que surgirem no período de um ano.

8 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — vereadora, Dr.ª Carmen Isabel Amador Francisco.

Vogais efectivos:

Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr.ª Lídia Maria Silvestre Afonso de Magalhães, e chefe de secção Maria Luísa Falcão Martins Belchior Alegre Dias.

Vogais Suplentes:

Chefe de secção Maria Albertina Campos Pinela Guerrinha Raposo e encarregada de pessoal auxiliar Isalinda Maria Mestre Torpes.

O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

9 — Os métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são constituídos por:

Avaliação curricular;

Prova oral de conhecimentos;

Entrevista profissional de selecção.

a) A avaliação curricular — em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enumerados pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + FP + EP}{3}$$

em que:

HL = habilitações académicas de base.

FP = formação profissional complementar relacionada com a área do lugar posto a concurso.

EP = experiência profissional traduzida no tempo de exercício efectivo de funções na área de actividade para que o concurso foi